

## CNE não vai fiscalizar a repetição da votação alegadamente por falta de dinheiro e faz soar alarme sobre falta de transparência e eventual gestão danosa de fundos

- A oposição na CNE, que se diz excluída da gestão de fundos, considera que foi apanhada de surpresa com a informação. Está preocupada e pondera avançar com uma auditoria às contas da CNE e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral



Uma das críticas feitas pelo Conselho Constitucional (CC) à Comissão Nacional de Eleições (CNE), relativamente ao presente processo eleitoral, tem que ver com a falta de fiscalização por este órgão dos trabalhos realizados pelos seus órgãos de apoio, o que culminou com toda a desorganização (organizada) do processo que resultou na fraude que empurrou o país para uma crise pós-eleitoral que se arrasta há quase dois meses. Entretanto, a CNE decidiu fazer vista grossa à nota do CC. Segundo fontes ligadas à CNE, este órgão não vai fiscalizar a repetição da votação de hoje, domingo, 10 de Dezembro, em Nacala-Porto, Gurué, Milange e Marromeu, alegadamente porque não há dinheiro, apesar de ter sido aprovado um orçamento de mais de 41 milhões de meticais para este processo. A oposição diz que foi apanhada de surpresa com a informação da falta de fundos para a fiscalização da votação. E porque afirma que sempre foi excluída da gestão dos fundos, as nossas fontes disseram que a oposição pondera solicitar uma auditoria às contas da CNE e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral por falta de transparência e eventual má gestão de fundos.

Depois de aprovada a data da votação e fechado todo o expediente burocrático sobre

a repetição da votação, a mesa da CNE, composta por um presidente (Dom Carlos Matsinhe), dois vice-presidentes, nomeadamente Carlos Cauio (Frelimo) e Fernando Mazanga (Renamo), decidiu, tendo em conta o nível da fraude e a crítica do CC, que a repetição da eleição devia ter uma maior observação pela CNE. Segundo apurámos, houve um forte empenho do presidente da CNE, o contestado Bispo Carlos Matsinhe, no sentido de uma maior fiscalização do escrutínio.

Segundo as nossas fontes, numa primeira reunião pareceu ter havido consenso entre os membros da mesa, sendo que um dos membros propôs que Carlos Cauio fosse à Zambézia, Fernando Mazanga a Nampula e Carlos Matsinhe a Sofala. Faltava a afectação dos vogais. No dia que era para a mesa cuidar da afectação dos vogais, Carlos Matsinhe e Carlos Cauio, que representam a Frelimo na CNE, mudaram de discurso. De acordo com as nossas fontes, Matsinhe disse que era imprudente que os três membros saíssem de Maputo e propôs que os vice-presidentes seguissem viagem. Assim, acordou-se que Matsinhe devia ficar. O vice-presidente pela Renamo entregou a lista dos vogais que deviam fazer parte da operação, mas Cauio andou às voltas, alegando que a viagem era dispensável

porque os órgãos de base representavam os órgãos centrais. Segundo apurámos, perante a recusa de Cauio, Mazanga teria proposto a ida apenas dos vogais. Cauio aceitou. Até aqui estava tudo bem. A coisa muda de figura em sede da plenária na sessão que devia deliberar sobre a missão. Nessa sessão, contou uma fonte, Cauio apareceu com o homem das finanças. “O homem das finanças disse que não há dinheiro para essa observação”, contou essa fonte. Esta informação colheu a todos de surpresa, incluindo a ala do regime, mas foi na oposição que gerou preocupação.

Para a repetição da votação, a CNE tem um orçamento de 41.383.851,58 meticais (quarenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito centavos). A oposição, que, segundo ficámos a saber, apesar de fazer parte da mesa, não tem informação sobre a gestão dos fundos e quer saber dos detalhes sobre o destino dado a cada centavo. A oposição está a pensar seriamente em solicitar uma auditoria às contas da CNE e do STAE por alegadamente estar a faltar transparência na gestão de fundos.

A repetição da votação de hoje acontece na sequência da declaração de nulidade do escrutínio em Marromeu, Milange, Gurué e Nacala Porto por comprovada fraude.



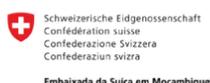
**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Autor:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**



Embaixada da Suíça em Moçambique

